

PETCAST Racismo ambiental: Dados coletados pela G3

Episódio 1: Racismo ambiental nas comunidades do estado do Rio de Janeiro

Convidados: Jovens Negociadores do Clima

Observações:

- Os dados não precisam ser necessariamente quantitativos, embora esse tipo de dados seja muito importante. Para além deles, é possível trazer dados qualitativos também, como trechos de entrevistas, vídeos, textos teóricos, reportagens;
- **Todos** os dados devem estar acompanhados de suas respectivas referências, já formatadas de acordo com a ABNT;
- Todos os dados, sejam quantitativos ou qualitativos, devem estar apresentados de forma contextualizada. Ao invés de apenas incluir os links, é importante que eles venham acompanhados de uma justificativa para sua escolha, além de uma análise que destaque os pontos relevantes.

Tópicos:

1) Trazer o conceito de racismo ambiental (Bruna)

O conceito de racismo ambiental emergiu na década de 1980 nos Estados Unidos e, desde então, tem sido amplamente discutido e reformulado, especialmente no contexto de países do Sul Global, como o Brasil, onde as dinâmicas socioambientais são profundamente marcadas pelas desigualdades estruturais e históricas. A noção de racismo ambiental, como definido pelo ativista Dr. Benjamin Franklin Chavis Jr., refere-se à discriminação racial na localização deliberada de instalações de resíduos tóxicos e perigosos em comunidades étnicas e minoritárias, além da exclusão sistemática dessas populações nos processos de formulação e implementação de políticas ambientais. No entanto, o conceito vai além de meras práticas intencionais de discriminação, abarcando também os impactos desproporcionais sofridos por

grupos racialmente marginalizados, mesmo quando não há uma intenção explícita de segregar ou discriminar essas populações.

De acordo com Tania Pacheco (2007), é fundamental que o conceito de racismo ambiental, originário dos Estados Unidos, seja revisitado e reinterpretado no contexto brasileiro. O Brasil apresenta realidades socioambientais marcadamente diferentes das norte-americanas, sendo um país em que a questão racial está intrinsecamente conectada a desigualdades econômicas e sociais complexas. Pacheco argumenta que o racismo ambiental não é apenas uma questão de cor, mas uma injustiça que afeta populações vulnerabilizadas de forma ampla, sejam elas quilombolas, indígenas ou habitantes de áreas periféricas urbanas. Ela sugere que o conceito seja desconstruído de forma "antropofágica", ou seja, digerido e transformado a partir das especificidades da realidade local. Esse processo de reconstrução envolve a consideração de elementos como a desigualdade socioeconômica, o histórico de exploração colonial e as relações de poder que moldam as práticas ambientais e políticas públicas no Brasil.

Pacheco também ressalta que o racismo ambiental não deve ser visto apenas como uma prática intencionalmente racista, mas sim como um fenômeno que ocorre quando as decisões ambientais impactam desproporcionalmente grupos racializados e marginalizados, independentemente das intenções iniciais. Nesse sentido, a falta de participação dessas comunidades na formulação e execução de políticas ambientais configura uma dimensão essencial do racismo ambiental. No Brasil, a luta contra o racismo ambiental envolve não apenas a defesa de direitos humanos e ambientais, mas também o reconhecimento e a valorização do conhecimento tradicional e das experiências vividas pelas comunidades afetadas. A inclusão ativa dessas populações nos processos de tomada de decisão e a garantia de sua cidadania plena são passos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Essa exclusão das comunidades vulneráveis na formulação de políticas ambientais reflete uma lógica maior de opressão estrutural, na qual essas populações são vistas como "descartáveis". Como ressalta a análise de Stephanie Ribeiro (2019), o genocídio não se manifesta apenas pela violência física direta, mas também pela negação sistemática de direitos e pela exposição desproporcional a riscos ambientais. O racismo ambiental, nesse contexto, é parte de uma lógica de exclusão e marginalização, na qual as vidas de pessoas

racializadas são tratadas como menos valiosas e, portanto, mais suscetíveis a serem colocadas em situações de risco.

No Brasil, um exemplo emblemático de racismo ambiental é a situação das comunidades quilombolas, frequentemente situadas em áreas de grande interesse econômico para o agronegócio e a mineração. Essas comunidades são alvo de deslocamentos forçados, perda de território e destruição de seus modos de vida tradicionais, em grande parte devido à falta de proteção legal e à ausência de políticas públicas que considerem suas necessidades e direitos. O mesmo ocorre com as populações indígenas, cujos territórios são constantemente invadidos por atividades de mineração ilegal, desmatamento e agropecuária. Esses exemplos ilustram como o racismo ambiental no Brasil está profundamente ligado às práticas históricas de expropriação e colonização, nas quais o valor econômico da terra é privilegiado em detrimento da vida e do bem-estar das populações que ali residem.

Além disso, as favelas e áreas periféricas urbanas também são frequentemente afetadas por políticas de racismo ambiental. Nessas áreas, é comum encontrar despejos forçados, poluição industrial e saneamento inadequado, questões que atingem desproporcionalmente as populações negras e pobres. A falta de infraestrutura básica, como água potável e saneamento, é um reflexo da negligência histórica dessas regiões pelas políticas públicas, criando condições de vida precárias que se agravam em momentos de desastres ambientais, como enchentes e deslizamentos de terra. Esses desastres, por sua vez, são exacerbados pela urbanização descontrolada e pela ausência de planejamento ambiental adequado.

De acordo com o sociólogo Costa Pinto, em seu estudo de 1998, já se observava uma segregação étnica expressiva nas favelas cariocas durante os anos 1950, com uma concentração significativamente maior de pessoas negras vivendo nesses espaços marginalizados em comparação com a população branca. Enquanto a cidade do Rio de Janeiro apresentava uma distribuição étnica mais equilibrada — 27% da população sendo negra —, nas favelas, esse percentual subia drasticamente para 71%.

Meio século depois, em 2001, o sociólogo Ney dos Santos Oliveira corrobora essa observação de Costa Pinto ao analisar dados da PNAD de 1996. Focalizando o Morro do Estado, uma favela em Niterói, ele identificou uma distribuição étnica praticamente idêntica à encontrada no Rio de Janeiro nas décadas anteriores. No centro de Niterói, considerado um

dos locais de melhor qualidade de vida no estado, 72% dos moradores eram brancos e 28% negros, enquanto no Morro do Estado essa proporção se invertia, com 72,6% de negros e apenas 27,4% de brancos.

Esses dados revelam que, apesar do crescimento econômico do país e da urbanização acelerada, a estrutura de segregação étnica e espacial permaneceu notavelmente estável ao longo das décadas. Isso indica que a marginalização das populações negras, especialmente nas favelas, não foi um fenômeno superado com o progresso econômico ou a urbanização, mas, pelo contrário, se consolidou como parte da estratificação social brasileira. Tal cenário reflete um quadro de racismo estrutural, onde as oportunidades econômicas, o acesso a serviços públicos e a qualidade de vida são distribuídos de forma desigual, muitas vezes condicionados pela cor da pele e pela origem social.

Conclui-se portanto que o racismo ambiental é um fenômeno que transcende as definições e barreiras tradicionais de racismo, incorporando a dimensão ambiental como um novo campo de disputa por justiça e equidade. No contexto brasileiro, a luta contra essa desigualdade (cuja qual envolve uma articulação entre justiça ambiental e racial) assume características particulares, relacionadas à história de colonização, exploração e desigualdade que marca o país.

Referências:

COSTA PINTO, L. A. O Negro no Rio de Janeiro – Relações de raça numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 1998.

General Accounting Office, Washington, DC (USA). Resources, Community and Economic Development Div. Siting of Hazardous Waste Landfills And Their Correlation With Racial And Economic Status Of Surrounding Communities. <http://archive.gao.gov/d48t13/121648.pdf> Publicado em 1º de junho de 1983. Acesso: 08 de Outubro de 2024.

OLIVEIRA, Ney dos Santos. “Desigualdade racial e social: a alocação dos negros na favela Morro do Estado, em Niterói (RJ)”. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; &

PÁDUA, José Augusto. Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p.303-315.

PACHECO, Tania. "Inequality, Environmental Injustice, and Racism in Brazil: Beyond the Question of Colour". In: Development in Practice. Aug. 2008, Vol.18(6) (<https://doi.org/10.1080/09614520802386355>). Versão em português disponível em <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>, sob o título "Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor". Acesso em: 07 de Outubro de 2024.

PACHECO, T. "Racismo Ambiental: o que eu tenho a ver com isso?". Combate Racismo Ambiental. <https://racismoambiental.net.br/racismo-ambiental-o-que-eu-tenho-a-ver-com-isso/>. Acesso: 07 de Outubro de 2024.

RIBEIRO, S. Racismo ambiental: o que é importante saber sobre o assunto. Marie claire. <https://revistamarieclaire.globo.com/Blogs/BlackGirlMagic/noticia/2019/10/racismo-ambiental-o-que-e-importante-saber-sobre-isso.html>. Publicado em 07 de outubro de 2019. Atualizado em 08 de outubro de 2019. Acesso: 07 de Outubro de 2024.

SANTOS, Teresa. Racismo ambiental: o que é isso? 2022. Disponível em: <https://www.invivo.fiocruz.br/sustentabilidade/racismo-ambiental/>. Acesso em: 08 out. 2024.

2) Explicar o porquê de se usar o termo *racismo ambiental* no lugar de outros termos (Daniel)

O termo "racismo ambiental" é utilizado para destacar a interseção entre questões raciais e ambientais, evidenciando como as comunidades racializadas, especialmente as minorias, enfrentam desigualdades significativas em relação ao meio ambiente. Esse termo é preferido em vez de outros mais genéricos porque traz um foco específico para problemas importantes. Em primeiro lugar, ele revela que essas comunidades tendem a viver em áreas com maior poluição e menor acesso a espaços verdes, enfrentando piores condições de saúde em comparação com grupos majoritários. Por exemplo, um estudo realizado pelo Center for Disease Control and Prevention (CDC) mostrou que comunidades predominantemente negras

e latinas nos Estados Unidos estão mais propensas a viver perto de locais de armazenamento de resíduos tóxicos, e 53% das pessoas que vivem em áreas com instalações de resíduos perigosos são de minorias raciais (CDC, 2019).

Em segundo lugar, o racismo ambiental também considera a história de como essas comunidades foram tratadas ao longo do tempo. Decisões políticas e práticas empresariais muitas vezes prejudicaram esses grupos, e o uso desse termo ajuda a entender que essas injustiças são parte de um passado problemático. A poluição do ar, por exemplo, afeta desproporcionalmente as comunidades negras e latinas. De acordo com o American Lung Association, um relatório de 2020 indicou que essas pessoas enfrentam um risco 35% maior de doenças respiratórias devido à exposição à poluição do ar em comparação com a população branca (AMERICAN LUNG ASSOCIATION, 2020).

Em terceiro lugar, o termo dá visibilidade às lutas das comunidades afetadas, garantindo que suas experiências sejam ouvidas e consideradas nas discussões sobre meio ambiente. Um estudo publicado na *Environmental Research Letters* em 2018 revelou que bairros com maior população negra têm, em média, 40% menos espaço verde em comparação com bairros predominantemente brancos (KIM; HONG, 2018). O acesso a parques e áreas recreativas é crucial para a saúde física e mental, e essa disparidade contribui para as desigualdades de saúde.

Por fim, o racismo ambiental serve para criticar políticas públicas que, mesmo sem intenção, perpetuam desigualdades. Isso nos leva a refletir sobre como as decisões governamentais podem impactar negativamente essas populações. Estudos mostraram que comunidades de cor enfrentam desproporções em relação aos impactos de desastres naturais, como furacões e inundações. A pesquisa da National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA) indicou que, após o furacão Katrina, as comunidades negras em Nova Orleans enfrentam taxas de mortalidade mais altas devido à falta de recursos e à marginalização histórica (NOAA, 2017). Por fim, o termo nos ajuda a enxergar as conexões entre diferentes formas de opressão, como classe social e gênero, permitindo uma análise mais ampla e interseccional das injustiças sociais. Um relatório da Human Rights Watch destacou que comunidades afro-americanas em Flint, Michigan, foram desproporcionalmente afetadas pela crise da água contaminada, que ocorreu em um contexto de negligência institucional e falta de investimento em infraestrutura (HUMAN RIGHTS WATCH, 2016).

Referências:

AMERICAN LUNG ASSOCIATION. State of the Air 2020. Chicago, IL: American Lung Association, 2020.

CDC (Centers for Disease Control and Prevention). Health Effects of Exposure to Hazardous Waste Sites. Atlanta, GA: CDC, 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. Flint Water Crisis: A Consequence of Systemic Racism. New York: Human Rights Watch, 2016.

KIM, J. H.; HONG, J. H. The relationship between green space and environmental justice: evidence from the United States. Environmental Research Letters, v. 13, n. 10, 2018.

NOAA (National Oceanic and Atmospheric Administration). NOAA's Response to Hurricane Katrina: An Assessment of the NOAA National Weather Service Response. Washington, D.C.: NOAA, 2017.

- 3) Trazer um panorama internacional para depois recortar para o local; trazer dados sobre racismo ambiental em escala global, divisão de responsabilidades do Norte/Sul-Global **(Daniel)**

Panorama internacional

O racismo ambiental é um fenômeno que se manifesta em várias partes do mundo, refletindo desigualdades raciais e socioeconômicas em relação ao acesso a ambientes saudáveis e à exposição a riscos ambientais.

- América do Norte

Na América do Norte, especialmente nos Estados Unidos, o racismo ambiental é um problema bem documentado. Estudos mostram que comunidades de cor enfrentam desproporções significativas em relação à poluição e seus efeitos na saúde. Um relatório da Environmental Protection Agency (EPA) de 2020 revelou que aproximadamente 60% das instalações de poluição estão localizadas em comunidades racializadas, resultando em um risco 40% maior de doenças respiratórias e 30% maior de doenças cardíacas para essas populações.

Caso: Warren County, Carolina do Norte

Em 1982, uma comunidade majoritariamente negra se opôs à instalação de um aterro de resíduos tóxicos, tornando-se um marco do movimento ambientalista e evidenciando as desigualdades enfrentadas por essas comunidades.

- América Latina

Na América Latina, o racismo ambiental se manifesta nas lutas das comunidades indígenas e de baixa renda contra a exploração de recursos naturais. No Brasil, as populações indígenas enfrentam graves consequências devido ao desmatamento e à degradação ambiental. Um estudo do Instituto Socioambiental (ISA) de 2021 apontou que 95% das terras indígenas na Amazônia brasileira estão ameaçadas, afetando diretamente a saúde de 2 milhões de indígenas que dependem dos rios para sua subsistência.

Caso: Amazônia Brasileira

Comunidades indígenas têm enfrentado a degradação de suas terras devido à extração de petróleo e mineração, resultando em doenças e morte entre as populações locais.

- Europa

Na Europa, o racismo ambiental é menos visível, mas ainda presente. Comunidades marginalizadas, como imigrantes, frequentemente enfrentam desigualdades em relação à exposição a riscos ambientais, mesmo em contextos de políticas ambientais progressistas. Um estudo da European Environmental Agency de 2020 destacou que comunidades de imigrantes em várias cidades europeias têm maior exposição a riscos ambientais, como poluição do ar e falta de acesso a espaços verdes.

Caso: Paris, França

A construção de instalações de energia renovável em áreas habitadas por imigrantes ilustra a falta de consulta e consideração das necessidades dessas populações.

- África

Na África, o racismo ambiental está profundamente enraizado nas disparidades econômicas e sociais. Na África do Sul, as comunidades negras e de cor enfrentam altos níveis de poluição e falta de acesso a serviços básicos. Um estudo da University of Cape Town de 2016 revelou que essas comunidades estão expostas a níveis de poluição do ar até

10 vezes maiores do que as áreas predominantemente brancas, resultando em uma mortalidade por doenças respiratórias 50% mais alta.

Caso: Joanesburgo

Comunidades afrodescendentes frequentemente vivem em áreas próximas a depósitos de resíduos perigosos, refletindo as consequências do apartheid na distribuição de riscos ambientais.

- Ásia

Na Ásia, o racismo ambiental se manifesta de maneira aguda, especialmente em países como a Índia. As comunidades dalits, historicamente marginalizadas, frequentemente habitam áreas próximas a fábricas e usinas que emitem poluentes. Um relatório da Environmental Justice Foundation de 2018 indicou que 80% das áreas mais poluídas do país estão localizadas em regiões onde essas comunidades residem. Anualmente, cerca de 1,1 milhão de pessoas morrem na Índia devido à poluição do ar, afetando desproporcionalmente as populações marginalizadas.

Caso: Bhopal

O desastre de Bhopal em 1984 expôs as comunidades dalits à poluição tóxica, resultando em milhares de mortes e problemas de saúde que persistem até hoje.

- Oceania

Na Oceania, as comunidades indígenas, como os aborígenes australianos, enfrentam problemas de racismo ambiental relacionados à exploração de suas terras e recursos naturais. As práticas de mineração e a degradação ambiental têm impactado severamente essas comunidades, resultando em desigualdades na saúde e no acesso a ambientes limpos.

Caso: Mina de Urânio de Ranger

Localizada perto de terras aborígenes, a mina de urânio causou contaminação ambiental significativa e gerou protestos contra a exploração sem consentimento das comunidades.

Ranking dos Países Mais Afetados pelo Racismo Ambiental:

1. Estados Unidos: 60% das instalações de poluição em comunidades de cor; 40% maior risco de doenças respiratórias;

2. Índia: 1,1 milhão de mortes anuais por poluição do ar; 80% das áreas mais poluídas estão em regiões dalits (minorias indianas, que sofrem com a desigualdade social no país);
3. África do Sul: Exposição à poluição do ar 10 vezes maior em comunidades negras; 50% mais mortalidade por doenças respiratórias;
4. Brasil: 95% das terras indígenas ameaçadas; 2 milhões de indígenas afetados pela poluição dos rios;
5. Indonésia: 85% das florestas desmatadas; 900.000 crianças com problemas respiratórios em áreas afetadas.

Divisão de responsabilidades

A divisão de responsabilidades entre o Norte e o Sul Global no que tange ao racismo ambiental é um reflexo das desigualdades históricas, sociais e econômicas que permeiam as relações internacionais. Enquanto os países do Norte, em sua maioria desenvolvidos, contribuíram significativamente para a degradação ambiental ao longo dos séculos, os países do Sul, frequentemente em desenvolvimento, são os que mais sofrem com as consequências dessa exploração. Esse panorama é moldado por uma série de eventos históricos e convenções que marcaram a agenda climática.

Desde a Revolução Industrial no século XVIII, os países do Norte têm se industrializado a um ritmo acelerado, impulsionando o crescimento econômico, mas também gerando enormes quantidades de poluição e emissões de gases de efeito estufa. Essa industrialização ocorreu frequentemente às custas das comunidades marginalizadas, tanto localmente quanto globalmente, particularmente no Sul (DURAN, 2019).

Os países do Sul Global, muitos dos quais são ricos em recursos naturais, tornaram-se alvo de exploração, com empresas multinacionais e governos do Norte extraíndo recursos sem considerar os direitos das populações locais. Essa exploração não apenas degradou o meio ambiente, mas também exacerbou desigualdades sociais, criando um ciclo de pobreza e marginalização (DOW et al., 2018).

Principais Convenções e Tratados da Agenda Climática:

- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972): Este evento foi um marco importante na conscientização global sobre questões ambientais. A Declaração de Estocolmo destacou a necessidade de proteger o meio ambiente, mas também expôs a disparidade entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento em relação à responsabilidade ambiental (UNEP, 2012).

- Protocolo de Quioto (1997): Este tratado internacional estabeleceu metas obrigatórias de redução de emissões para países desenvolvidos, reconhecendo sua responsabilidade histórica na contribuição para a mudança climática. No entanto, muitos países em desenvolvimento, que são os mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas, não tinham obrigações de redução de emissões, o que gerou críticas e discussões sobre a justiça ambiental (GDA, 2016).
- Conferência das Partes (COP) e Acordo de Paris (2015): O Acordo de Paris, adotado na COP21, representa um esforço global para combater a mudança climática, estabelecendo compromissos para limitar o aquecimento global. O acordo reconhece a importância de considerar as capacidades e responsabilidades diferenciadas dos países. Apesar disso, países do Sul frequentemente argumentam que as promessas de financiamento e tecnologia do Norte ainda são insuficientes para lidar com os impactos da mudança climática em suas regiões (UN, 2015).
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (2015): A Agenda 2030, adotada pela ONU, inclui o ODS 13, que visa combater a mudança climática e seus impactos. Os ODS reconhecem que o desenvolvimento sustentável deve ser alcançado em uma base justa e equitativa, o que inclui abordar as disparidades entre o Norte e o Sul (UN, 2015).

A divisão entre Norte e Sul Global continua a ser um tema central nas discussões sobre justiça ambiental. Enquanto países desenvolvidos foram historicamente responsáveis pela maior parte das emissões de carbono, os países em desenvolvimento, que contribuem muito menos para as emissões globais, são frequentemente os primeiros a sofrer os efeitos das mudanças climáticas (GDA, 2016).

Os países do Sul também enfrentam desafios significativos na adaptação às mudanças climáticas, que exigem financiamento, tecnologia e capacidade de desenvolvimento que muitas vezes não são oferecidos em níveis adequados. Assim, a luta contra o racismo ambiental e as desigualdades climáticas é inseparável da luta por justiça social e direitos humanos (DURAN, 2019).

Referências:

- AMAZON WATCH. The Impact of Oil Extraction on Indigenous Peoples in Ecuador. San Francisco, CA: Amazon Watch, 2021.
- DURAN, E. Environmental Justice and the Role of International Law. New York: Routledge, 2019.

DOW, K. et al. The Role of Local Knowledge in Disaster Risk Reduction: Bridging the Gap Between Science and Community Action. Washington, D.C.: United Nations Office for Disaster Risk Reduction, 2018.

EJF (Environmental Justice Foundation). Pollution and Vulnerability: The Disproportionate Impact on Dalits in India. Londres, 2018.

EPA (Environmental Protection Agency). Environmental Justice and the Challenges of Pollution in Communities of Color. Washington, D.C.: EPA, 2020.

GDA, C. Global Climate Agreements: Key Outcomes and the Way Forward. Paris: International Institute for Sustainable Development, 2016.

GREENPEACE. Indonesia's Forests: A Target for Palm Oil and Paper Industries. Jakarta, 2019.

PARIS, C. Air Pollution and Health: A Study of Disparities in South Africa. University of Cape Town, 2016.

UNEP (United Nations Environment Programme). Global Environment Outlook: Environment for the Future We Want. Nairobi: UNEP, 2012.

UN. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. New York: United Nations, 2015.

4) Procurar dados que conectem o conceito de racismo ambiental com a realidade do Rio de Janeiro (**Cauã**)

O conceito de racismo ambiental é uma ferramenta poderosa para entender as desigualdades no acesso aos recursos naturais e nos impactos de políticas públicas sobre populações vulneráveis. No contexto do Rio de Janeiro, essa desigualdade se revela de forma explícita nas favelas e periferias da cidade, onde a população, predominantemente negra e de baixa renda, sofre com a precariedade no saneamento básico, no abastecimento de água e com os efeitos de eventos climáticos extremos.

Um estudo intitulado "Justiça Hídrica e Energética nas Favelas" revela que 25% dos moradores das favelas do Rio percebem um gosto insalubre na água que consomem, enquanto 31% são forçados a recorrer a fontes alternativas, como bicas, devido à falta de abastecimento adequado. Essa situação ilustra a negação de um direito fundamental — o acesso à água potável — e expõe o racismo ambiental, pois são as áreas pobres e majoritariamente negras que enfrentam as maiores dificuldades nesse sentido.

Theresa Williamson, coordenadora da Rede de Favela Sustentável, aponta que mais de 48 mil pessoas morreram nas regiões metropolitanas do Brasil, entre 2000 e 2018, devido às ondas de calor, reforçando como a ausência de políticas públicas agrava a vulnerabilidade dessas populações. Ela destaca que a água é um direito de todos, e negá-lo é um ato

criminoso. Esse é um reflexo claro da injustiça socioambiental que afeta as favelas cariocas, onde a precariedade no saneamento básico também leva ao aumento das doenças relacionadas à falta de infraestrutura, conhecidas como DRSAl (Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado).

As DRSAl são responsáveis por uma parcela significativa de óbitos no Brasil, com destaque para doenças como a Doença de Chagas, diarreia e disenteria, que correspondem a 81,5% dos óbitos associados a essa falta de infraestrutura. No Rio de Janeiro, a ausência de saneamento básico adequado é um dos fatores que perpetuam essas condições. De acordo com Daiane Ciriáco, geógrafa do IBGE, esgoto a céu aberto colabora para a proliferação dessas doenças, especialmente em comunidades como a Maré.

A Maré, um dos maiores complexos de favelas do Rio, exemplifica bem a realidade do racismo ambiental. Originalmente ocupada de forma desorganizada e sem planejamento adequado, a Maré enfrenta hoje graves problemas de saneamento. A maior parte do esgoto da comunidade é despejada diretamente em rios e galerias que desembocam na Baía de Guanabara, prejudicando tanto a saúde da população quanto o meio ambiente. Além disso, o crescimento populacional sem o acompanhamento de melhorias na infraestrutura agrava a situação, tornando a comunidade especialmente vulnerável a eventos climáticos extremos, como chuvas torrenciais.

Essas chuvas, que já são uma realidade frequente no Rio de Janeiro, afetam desproporcionalmente as áreas periféricas. As enchentes e deslizamentos, que resultam em perdas materiais e de vidas, revelam como o racismo ambiental está enraizado nas políticas urbanas. Áreas como Manguinhos, Jacarezinho e Maré são severamente atingidas pelas chuvas, enquanto as falhas no planejamento urbano, a impermeabilização do solo e a falta de infraestrutura agravam os problemas.

Em fevereiro, por exemplo, um temporal deixou casas inundadas e causou a morte de cinco pessoas, sendo uma delas uma criança. A falta de acessibilidade e de um sistema de esgoto eficiente contribuiu para que o impacto nas favelas fosse ainda maior, evidenciando a necessidade de políticas públicas que levem em consideração as particularidades dessas regiões.

A responsabilidade do Estado em garantir saneamento básico é clara, como previsto pela Lei nº 14.026 de 2020, que trata do saneamento no Brasil. No entanto, a falta de investimento e de políticas efetivas agrava a desigualdade e perpetua o racismo ambiental. A ausência de esgotamento sanitário em boa parte das comunidades mais pobres não é apenas um descaso administrativo, mas uma manifestação estrutural de discriminação.

O conceito de racismo ambiental nos ajuda a compreender como populações historicamente marginalizadas, especialmente negras e pobres, sofrem de forma mais severa os impactos da falta de políticas urbanas e ambientais adequadas. No caso do Rio de Janeiro, essa desigualdade é amplificada por eventos climáticos extremos, como as chuvas torrenciais e as ondas de calor, que afetam mais gravemente as favelas.

Diante dessa realidade, a educação ambiental e a mobilização comunitária se tornam essenciais. Organizações locais, como a Ação Civil Pública de Saneamento da Nova

Holanda, buscam soluções para os problemas estruturais de saneamento na Maré e em outras áreas. Ações de limpeza e prevenção, como as realizadas após as enchentes de fevereiro, são importantes, mas não resolvem o problema de forma definitiva. O racismo ambiental no Rio de Janeiro continuará a impactar as favelas enquanto políticas públicas não forem implementadas de maneira igualitária, garantindo o acesso a recursos essenciais como água e esgoto para todos.

Maré notícias: Os impactos das fortes chuvas para os moradores da favela

<https://mareonline.com.br/o-impacto-historico-das-fortes-chuvas-para-moradores-de-favela/>

Acesso 14/10/2024

Maré notícias: Por que as favelas são mais atingidas pelas enchentes?

<https://mareonline.com.br/o-impacto-historico-das-fortes-chuvas-para-moradores-de-favela/>

Materia: Pesquisa mostra que 17% dos moradores de favelas no Rio ficam sem água duas vezes por semana

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pesquisa-mostra-que-17-dos-moradores-de-favelas-no-rio-ficam-sem-agua-duas-vezes-por-semana/> Acesso: 14/10/2024

CNN BRASIL: Pesquisa mostra que 17% dos moradores de favelas no Rio ficam sem água duas vezes por semana

“O estudo “Justiça Hídrica e Energética nas Favelas” foi apresentado em audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), nesta quarta-feira (29). A pesquisa identificou também que 25% dos moradores das favelas do Rio sentem um gosto insalubre na água e 31% são obrigados a tomar água da bica para se hidratar.”
<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pesquisa-mostra-que-17-dos-moradores-de-favelas-no-rio-ficam-sem-agua-duas-vezes-por-semana/>. Acesso 14/10/2024

”

IBGE. Atlas de Saneamento espacializa dados relacionados a meio ambiente e saúde: Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI) provocaram cerca de 0,9% de todos os óbitos ocorridos no Brasil entre 2008 e 2019, sendo a Doença de Chagas e as diarreias as mais recorrentes.

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32304-atlas-de-saneamento-espacializa-dados-relacionados-a-meio-ambiente-e-saude#:~:text=Doen%C3%A7as%20Relacionadas%20ao%20Saneamento%20Ambiental,as%20diarreias%20as%20mais%20recorrentes>. Acesso: 14/10/2024

- 5) Por que o Rio de Janeiro pode estar enfrentando um cenário de racismo ambiental?
(Bruna)
- 6) Em quais áreas do estado do Rio de Janeiro podemos observar os efeitos do racismo ambiental? (Bruna)

TÓPICOS 5 E 6 EM CONJUNTO!

O Rio de Janeiro possui uma divisão histórica entre áreas centrais e periféricas, sendo que as comunidades mais vulneráveis, como favelas e áreas de ocupação irregular, são compostas predominantemente por populações negras e pobres. Essas regiões muitas vezes sofrem com menor acesso a saneamento básico, infraestrutura, e estão mais expostas a desastres naturais como enchentes e deslizamentos de terra.

O Rio de Janeiro enfrenta um cenário de racismo ambiental devido à distribuição desigual dos impactos da degradação ambiental e das mudanças climáticas sobre diferentes grupos sociais, especialmente aqueles mais vulneráveis, como as comunidades negras e pobres. O conceito de racismo ambiental explica como a população das periferias, favelas e áreas de baixa renda, habitadas em sua maioria por negros, é desproporcionalmente afetada por eventos climáticos extremos, como enchentes, falta de saneamento básico, coleta de lixo inadequada e poluição de rios. Esse cenário se manifesta em diversas áreas do estado e reflete a estrutura histórica de desigualdade racial e socioeconômica.

O racismo ambiental, termo utilizado desde a década de 1980, se refere ao fato de que as comunidades marginalizadas sofrem mais com as consequências da degradação ambiental e dos desastres naturais. No caso do Rio de Janeiro, áreas como a Baixada Fluminense e favelas urbanas exemplificam como as catástrofes, como enchentes e deslizamentos de terra, impactam mais severamente essas populações. Recentemente, em janeiro de 2024, as enchentes no estado resultaram em milhares de desabrigados, sendo as periferias as mais atingidas, devido à falta de infraestrutura urbana adequada, saneamento e moradia digna. Essa vulnerabilidade estrutural das periferias e favelas não é uma coincidência, mas o resultado de políticas públicas que historicamente negligenciaram essas.

O racismo ambiental é intencional, uma vez que se expressa pela exclusão dessas populações das políticas públicas. Isso implica que essas comunidades são frequentemente deixadas de

lado em discussões sobre planejamento urbano e alocação de recursos. A omissão de políticas para melhorar a qualidade de vida em áreas periféricas reforça a ideia de que essas populações são deixadas "para morrer". Além disso, a desigualdade no acesso aos serviços públicos, como saneamento básico, água potável e tratamento de esgoto, são evidências claras de racismo ambiental em regiões como Jacarezinho e Manguinhos, onde as condições de vida precárias agravam os impactos de desastres ambientais e a vulnerabilidade a doenças, como demonstrado durante a pandemia de Covid-19.

Outro aspecto relevante é a ausência de espaços de participação democrática, que impede essas populações de influenciar as políticas que afetam diretamente suas vidas. Isso se reflete na falta de infraestrutura e na ausência de estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas nas áreas periféricas. Enquanto regiões mais ricas do estado, como a Zona Sul carioca, recebem maior atenção e recursos para lidar com esses desafios, as favelas e bairros da periferia são negligenciados, evidenciando a distribuição desigual de recursos e a segregação socioespacial.

Além dos desafios urbanos, o estado do Rio de Janeiro também enfrenta problemas relacionados à exploração ambiental em áreas rurais, como a poluição de rios e a degradação de terras utilizadas para a agricultura de subsistência. A exploração descontrolada de recursos naturais, como no caso da extração ilegal de madeira e a poluição industrial, afeta desproporcionalmente comunidades tradicionais, incluindo quilombolas e indígenas, que muitas vezes são invisibilizados nas discussões políticas e excluídos das soluções propostas.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Gabrielle; DE PAULA, Mariana. Justiça ambiental depende da justiça racial: o racismo ambiental e climático nas favelas do Rio. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 03 dez. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-racismo-ambiental-e-climatico-nas-favelas-do-rio/>. Acesso em: 08 out. 2024.

Pacheco, T. Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor. Disponível em:

<https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>

PIMENTEL, Carolina. Entenda a relação de racismo ambiental e enchentes no Rio de Janeiro: comunidades pobres sofrem mais e isso não é uma coincidência. Agência Brasil, Brasília, 16 jan. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-01/entenda-relacao-de-racismo-ambiental-e-enchentes-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 08 out. 2024.

DADOS/FONTES A MAIS:

PodCast “FavelaPOD: Informação em Rede” do Observatório de Favelas, no quarto episódio fala sobre “Desafios e Soluções no Enfrentamento ao Racismo Ambiental e Desinformação”. <https://observatoriodefavelas.org.br/desafios-e-solucoes-no-enfrentamento-ao-racismo-ambiental-e-a-desinformacao/>

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS:

<https://observatoriodefavelas.org.br/enchentes-em-belford-roxo-e-o-racismo-ambiental-na-infraestrutura-urbana/> — Escassez de políticas públicas, necessidade de adaptação climática e desigualdades socioambientais estão entre as questões evidenciadas pelas fortes chuvas no Rio. (Fonte não carrega.)

<https://observatoriodefavelas.org.br/f20-e-g20-favelas-levam-o-direito-a-cidade-ao-debate-internacional/> — Organizações e lideranças promovem debate sobre o protagonismo das favelas, visando levar suas demandas para as decisões globais do G20 em novembro

Casa Fluminense, Mapa Da Desigualdade - <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, 2019. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf Acessado em 20 de abril de 2022.

Milton Santos: “O chão contra o cifrão”. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 fev. 1999. Caderno Mais, p.5

MAPA INTERATIVO DA FIOCRUZ QUE MAPEIA CONFLITOS AMBIENTAIS E SAÚDE: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>

7) Por que alguns desses efeitos são percebidos em algumas áreas e em outras não?
(Clara)

Fonte: *Relatório Casa Fluminense: Panorama sobre a crise climática na metrópole (2023)*; o documento tem por objetivo denunciar a falta de agência e planejamento dos governos municipais e do estado do Rio de Janeiro em relação às condições de vida da população nos diversos municípios da RMRJ; nesse sentido, considerando recortes de raça e gênero nos dados levantados, o relatório considera o racismo ambiental como um elemento-chave para a perpetuação de desigualdades em todo o estado e na região metropolitana do Rio de Janeiro

CASA FLUMINENSE. **Relatório Casa Fluminense: Panorama sobre a crise climática na metrópole.** Disponível em: <https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Dados-e-informacoes-sobre-Justica-Climatica-Casa-Fluminense.pdf> Acesso em: 07 out. 2024.

De acordo com o relatório, 13 dos 22 municípios que compõem a metrópole não possuem Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil publicado. O [Painel Climático](#) elaborado e disponibilizado pela Casa Fluminense aponta que apenas o Rio de Janeiro (capital) apresenta um Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas e que a Baixada Fluminense apresenta 8 cidades que não apresentam planos de mitigação e adaptação civil aos eventos climáticos, sendo elas: Duque de Caxias, Belford Roxo, Guapimirim, Itaguaí, Paracambi, Japeri, Seropédica e Nilópolis. Na RMRJ, mais da metade dos municípios estão com o Plano Diretor atrasado - o que significa que há uma carência de diretrizes e instrumentos importantes para a organização do uso do solo e da infraestrutura básica nas cidades, prejudicando a qualidade de vida da população.

O Painel Climático também disponibiliza um infográfico a respeito de cada município:

Legenda

- Verde: Tem o plano. No caso do Plano Diretor, tem e está atualizado;
- Vermelho: Não tem o plano. No caso do Plano Diretor, tem e está desatualizado;
- Amarelo: Não respondeu à pesquisa ou não foi encontrado nos portais municipais.

- Plano de saneamento: 
- Plano de habitação de interesse social: 
- Plano de contingência de proteção e defesa civil: 
- Plano de mitigação e adaptação às mudanças climáticas: 
- Plano diretor: 
- Plano de gestão de resíduos sólidos: 
- Plano de mobilidade: 

EM QUE PÉ ESTÁ A JUSTIÇA CLIMÁTICA DA SUA CIDADE?

Belford Roxo							
Cachoeiras de Macacu							
Duque de Caxias							
Guapimirim							
Itaboraí							
Niterói							
Nova Iguaçu							
Paracambi							
Petrópolis							
Queimados							

Itaguaí							
Japeri							
Magé							
Maricá							
Mesquita							
Nilópolis							
Rio Bonito							
Rio de Janeiro							
São Gonçalo							
São João de Meriti							
Seropédica							
Tanguá							

- 8) Trazer dados sobre grupos sociais: indígenas, quilombolas, movimentos sociais, etc.
(Cauã)

O racismo ambiental é um conceito que se refere à desigualdade no acesso a recursos naturais e à exposição a riscos ambientais, atingindo desproporcionalmente comunidades racialmente marginalizadas, como indígenas e quilombolas. No Brasil, essa realidade é alarmante, especialmente considerando os dados recentes sobre os territórios quilombolas, que são fundamentais para a conservação ambiental e no combate às mudanças climáticas.

Um estudo realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA) em parceria com a Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) revela que mais de 98% dos territórios quilombolas estão ameaçados por obras de infraestrutura, requerimentos minerários e sobreposições de imóveis rurais. Esses dados refletem a pressão constante sobre essas comunidades, que historicamente têm enfrentado uma série de desafios em seus esforços para proteger seus direitos territoriais e preservar o meio ambiente.

Os territórios quilombolas são conhecidos por sua significativa contribuição à conservação ambiental, com uma perda de apenas 4,7% da vegetação nativa em 38 anos, em comparação com 17% em áreas privadas. Isso destaca o papel crucial que essas comunidades desempenham na proteção dos recursos naturais, baseando suas práticas de manejo em saberes ancestrais que priorizam a harmonia com a natureza.

Francisco Chagas, membro da Conaq, enfatiza que "as florestas, a água, os animais e toda forma de vida são cuidados meticulosamente pelos quilombolas". Esse compromisso com a preservação ambiental é um dos principais motivos pelos quais os quilombolas resistem às pressões externas que buscam explorar seus territórios. Entretanto, o reconhecimento do direito de reivindicação territorial, previsto na Constituição Federal, muitas vezes não é respeitado, resultando em violações de direitos e degradação ambiental.

Os desafios enfrentados por essas comunidades incluem não apenas a degradação ambiental causada por obras de infraestrutura, mas também problemas com o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Muitas vezes, as comunidades quilombolas são mal orientadas sobre como se inscrever adequadamente no CAR, o que impede o reconhecimento formal de seus territórios e direitos. É fundamental que as políticas públicas incluam a consulta às comunidades para que sejam efetivas e respeitem os saberes locais.

Além das comunidades quilombolas, os povos indígenas também lutam contra o racismo ambiental. A exploração de suas terras por projetos de mineração e agropecuária, muitas vezes sem consulta prévia ou compensação, tem levado à degradação de suas terras e à perda de biodiversidade. Essas comunidades têm se mobilizado para garantir a proteção de seus direitos, muitas vezes enfrentando resistência significativa do Estado e de empresas.

A luta contra o racismo ambiental é, portanto, uma luta pela preservação da vida, dos direitos e da dignidade das comunidades tradicionais no Brasil. As ações coletivas, a organização comunitária e a mobilização social são essenciais para garantir que as vozes dessas comunidades sejam ouvidas e que suas terras e modos de vida sejam protegidos. A responsabilidade do Estado em reconhecer e reparar as injustiças históricas, bem como a importância do reconhecimento dos saberes tradicionais, são cruciais para enfrentar esse problema de forma justa e eficaz.

A situação dos territórios quilombolas e indígenas no Brasil é um alerta para a necessidade de uma abordagem integrada e inclusiva nas políticas ambientais e de desenvolvimento, garantindo que os direitos de todos os grupos sociais sejam respeitados e que a justiça ambiental seja uma realidade para todos.

Descrença de Indígenas e Quilombolas nas Decisões da COP26: A Necessidade de Reconhecimento e Inclusão nas Políticas Climáticas

Durante a COP26, realizada em Glasgow, Escócia, indígenas e quilombolas expressaram sua desconfiança quanto aos resultados efetivos das negociações e ao comprometimento das lideranças políticas brasileiras com a crise climática. Apesar das promessas de regulamentação de emissões de carbono e de metas para reverter o desmatamento até 2030, muitos líderes dessas comunidades veem com ceticismo as intenções reais por trás dessas discussões.

Os impactos das mudanças climáticas são particularmente severos para os grupos mais vulneráveis, que já enfrentam a desigualdade social e a marginalização. Em um documento da Coalizão Negra por Direitos, a falta de reconhecimento do racismo ambiental nas políticas públicas foi apontada como um grande obstáculo. A organização defende que "falta racializar as políticas públicas ambientais", argumentando que o debate sobre racismo ambiental ainda não é amplamente adotado ou é frequentemente negado pelos movimentos ambientalistas no Brasil.

Isabel Tukana, da etnia Tukano, ressalta que a questão ambiental não é uma prioridade em nenhum governo. Para ela, mesmo com as propostas da COP26, a falta de clareza sobre como implementar as soluções propostas e garantir que os recursos cheguem efetivamente às comunidades é preocupante. Ela critica a postura de líderes políticos que não demonstram interesse em demarcar terras indígenas e que não se comprometem a ouvir as vozes das comunidades afetadas.

A sensação de exclusão se repete entre as comunidades quilombolas. Francisco Chagas, assessor da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq), observa que, embora os povos tradicionais estejam na linha de frente da luta pela conservação ambiental, suas vozes são frequentemente ignoradas. Ele enfatiza que a COP26 é uma oportunidade para expor a realidade das comunidades, mas essa visibilidade não se traduz em ações concretas e apoio às suas lutas.

Chagas também critica a maneira como os recursos internacionais são geridos, afirmando que eles frequentemente se transformam ao longo do caminho e acabam fortalecendo interesses políticos em vez de apoiar diretamente as comunidades que vivem e cuidam das terras. Ele argumenta que, sem políticas concretas para fortalecer a defesa climática, há uma insegurança ambiental crescente.

A intensificação do desmatamento no Brasil, segundo Chagas, impossibilita as comunidades de garantir a proteção do clima. Essa falta de ação é vista como um reflexo da política nacional, que muitas vezes prioriza os interesses do capital em detrimento da sustentabilidade e dos direitos das comunidades tradicionais.

A desconfiança em relação às conferências internacionais e às promessas políticas destaca a necessidade urgente de um novo enfoque que integre as vozes e as necessidades das comunidades indígenas e quilombolas nas políticas climáticas. Para que as medidas eficazes sejam implementadas, é essencial que haja um reconhecimento genuíno do papel

desses grupos na conservação ambiental e que suas reivindicações sejam levadas em consideração na formulação de políticas públicas.

A Ameaça aos Territórios Quilombolas no Brasil

Um levantamento inédito do Instituto Socioambiental (ISA) e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) revela que 98,2% dos territórios quilombolas no Brasil estão ameaçados por uma combinação de fatores, incluindo obras de infraestrutura, empreendimentos minerários e sobreposições com propriedades privadas. Essa situação revela a violação sistemática dos direitos territoriais dessas comunidades, que são essenciais para a preservação cultural e ambiental.

Antonio Oviedo, pesquisador do ISA, alerta que praticamente todos os quilombos enfrentam pressões que podem comprometer seus modos de vida e integridade territorial. Ele ressalta a urgência de cancelar cadastros de imóveis rurais e requerimentos minerários que impactem esses territórios, além da necessidade de consulta prévia às comunidades sobre qualquer projeto que possa degradar seu ambiente.

Os impactos ambientais nos territórios quilombolas são variados e incluem desmatamento, degradação florestal, incêndios e perda de biodiversidade. A exploração mineral, junto com atividades agropecuárias, contribui para a degradação dos recursos hídricos e da vegetação nativa. As obras de infraestrutura, como estradas e rodovias, frequentemente são planejadas sem considerar as necessidades e demandas das comunidades locais, levando a uma violação de direitos e à marginalização socioeconômica.

Biko Rodrigues, coordenador executivo da Conaq, enfatiza que as comunidades quilombolas desempenham um papel vital na proteção da biodiversidade em diversos biomas, como a Caatinga, o Cerrado, o Pantanal, a Amazônia e a Mata Atlântica. Apesar de sua importância ecológica, essas comunidades enfrentam ameaças constantes de megaempreendimentos que resultam em pobreza e vulnerabilidade. A morosidade nos processos de titulação de seus territórios perpetua essa situação, colocando-os em risco de exploração.

O estudo mostra que as regiões Centro-Oeste e Norte são as mais afetadas por obras de infraestrutura e requerimentos minerários. No Centro-Oeste, 57% da área total dos territórios quilombolas está comprometida por tais iniciativas, um exemplo extremo é o quilombo Kalunga do Mimoso, em Tocantins, onde 100% da área está em sobreposição com três empreendimentos planejados.

Adicionalmente, mais de 15 mil cadastros de imóveis rurais foram identificados em sobreposição aos territórios quilombolas. As regiões Sul e Centro-Oeste são as mais impactadas, com 73% e 71% das áreas quilombolas pressionadas por propriedades privadas, respectivamente. O território Erepecuru, no Pará, apresenta a mais alta taxa de sobreposição com imóveis rurais, com 95% de sua área afetada.

Os territórios quilombolas ocupam cerca de 3,8 milhões de hectares, o que representa apenas 0,5% do território nacional. No entanto, desempenham um papel crucial na conservação

Instituto Socioambiental: Mais de 98% dos territórios quilombolas no Brasil estão ameaçados: *Estudo do ISA em parceria com a Conaq traz diagnóstico inédito sobre o impacto de obras de infraestrutura, requerimentos minerários e sobreposições de imóveis rurais nos territórios quilombolas*
<https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/mais-de-98-dos-territorios-quilombolas-no-brasil-estao-ameacados#:~:text=Entre%20os%20impactos%20ambientais%20que,territ%C3%B3rios%20%2D%20facilitadas%20por%20obras%20de>. Acesso 14/10/2024

DBR Indígenas e quilombolas veem com descrença possibilidade de resultados da COP26 no Brasil
<https://www.brasildefato.com.br/2021/11/13/indigenas-e-quilombolas-veem-com-descrenca-possibilidade-de-resultados-da-cop26-no-brasil>. Acesso 14/10/2024

Agencia Brasil: Quilombolas (Conaq) aponta que 98,2% dos territórios quilombolas estão ameaçados por obras de infraestrutura, empreendimentos minerários e por sobreposições de imóveis particulares.
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-08/rio-falta-de-saneamento-em-favelas-confirma-racismo-ambiental> Acesso:14/10/2024

levantamento Instituto Socio Ambiental (ISA) As pressões ambientais nos territórios quilombolas no Brasil.
<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/pressoes-ambientais-nos-territorios-quilombolas-no-brasil>

Conselho Indígena Missionário. *A maior violência contra os povos indígenas é a destruição de seus territórios, aponta relatório do Cimi*
<https://cimi.org.br/2019/09/a-maior-violencia-contr-a-os-povos-indigenas-e-a-apropriacao-e-destruicao-de-seus-territorios-aponta-relatorio-do-cimi/>

2

- 9) Trazer dados sobre tragédias ambientais: enchentes, queimadas, ilhas de calor, deslizamentos de terra, inundações, etc. **(Clara)**

Fonte: *Relatório Casa Fluminense: Panorama sobre a crise climática na metrópole (2023)*; o documento tem por objetivo denunciar a falta de agência e planejamento dos governos municipais e do estado do Rio de Janeiro em relação às condições de vida da população nos diversos municípios da RMRJ; nesse sentido, considerando recortes de raça e gênero nos dados levantados, o relatório considera o racismo ambiental como um elemento-chave para a perpetuação de desigualdades em todo o estado e na região metropolitana do Rio de Janeiro

CASA FLUMINENSE. **Relatório Casa Fluminense: Panorama sobre a crise climática na metrópole.** Disponível em:

<https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Dados-e-informacoes-sobre-Justica-Climatica-Casa-Fluminense.pdf> Acesso em: 07 out. 2024.

De acordo com o Relatório da [Casa Fluminense](#) - uma organização da sociedade civil que atua coletivamente em prol de políticas públicas na região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) há mais de dez anos - 1 em cada 5 domicílios particulares estão em alto risco a sofrer inundações na metrópole. O documento também aponta que 1 em cada 100 domicílios estão em áreas sujeitas a deslizamentos de terra na RMRJ.

- **Impactos dos eventos climáticos nos últimos 4 anos:** o relatório teve como base dados da Defesa Civil, disponíveis no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres no intervalo de 2020-2023; nem todos os desastres ambientais são reportados e constam nesse sistema, porém já é um indicativo do grau do impacto dos desastres naturais na RMRJ

Recorte: alagamentos, ciclones, deslizamentos de terra, enxurradas, inundações e tempestades locais/convectivas

Em todo o estado do Rio de Janeiro: 140 mortes, 690 feridos, 1.942 enfermos, 8.813 desabrigados, 145.077 desalojados, 229 desaparecidos e, pelo menos, 3 milhões de outras pessoas afetadas em maior ou menor grau

Município mais atingido: Petrópolis, que registrou nos últimos quatro anos 83 mortes, 352 feridos, 200 enfermos, 1629 desabrigados e 203 desaparecidos

Municípios com a maior porcentagem de desalojados no estado: Nova Iguaçu (31%) e Queimados (24%)

Unidades habitacionais afetadas em todo o estado: 94.919 unidades habitacionais afetadas e 887 destruídas por desastres ambientais, o que representa um prejuízo de R\$ 1,1 bilhão.

Unidades habitacionais afetadas na RMRJ: 45.733 danos e 638 unidades habitacionais destruídas, o que representa um prejuízo de R\$ 935 milhões.

Infraestrutura pública afetada em todo o estado: considerando instalações públicas de saúde, educação e de uso comunitário, 737 foram danificadas e 6 destruídas, o que representa um prejuízo de R\$ 472 milhões.

Infraestrutura pública afetada na RMRJ: também considerando instalações públicas de saúde, educação e de uso comunitário, 296 foram danificadas e 1 destruída, o que representa um prejuízo de R\$ 140 milhões.

- **Domicílios particulares recenseados e áreas de alto risco a deslizamentos ou inundações:** o relatório teve como base dados de endereços recenseados pelo Censo

Demográfico do IBGE (2022) na RMRJ; também se baseou em dados disponibilizados pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB) em cartas de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações no intervalo de 2015-2019

Recorte: áreas de alto risco a deslizamentos e inundações

Deslizamentos: na RMRJ, mais de 60 mil domicílios particulares estão em áreas de alto risco a deslizamentos, sendo a maioria deles na capital, Rio de Janeiro, que acumula 33.781 domicílios (cerca de 56%)

Municípios mais sujeitos a deslizamentos: Petrópolis (12,3% dos domicílios particulares estão em áreas de alto risco a deslizamentos), Cachoeiras de Macacu (2,5%), Niterói (1,8%) e Rio de Janeiro capital (1,2%), como demonstra a tabela abaixo elaborada e disponibilizada pelo relatório:

Tabela 01: domicílios particulares em áreas de alto risco a deslizamentos em relação ao total de domicílios particulares na RMRJ

Municípios	Domicílios particulares	Domicílios particulares em áreas de risco alto a deslizamento	%
Petrópolis	138333	16977	12,3%
Cachoeiras de Macacu	30633	752	2,5%
Niterói	230500	4214	1,8%
Rio de Janeiro	2918569	33781	1,2%
Rio Bonito	25852	168	0,6%
Itaguaí	57643	298	0,5%
Nova Iguaçu	352237	1803	0,5%
Mesquita	66685	315	0,5%
Paracambi	19379	86	0,4%
São João de Meriti	177043	649	0,4%
Queimados	61323	129	0,2%
Magé	110159	221	0,2%
Duque de Caxias	355059	458	0,1%
São Gonçalo	413768	514	0,1%
Belford Roxo	199584	185	0,1%
Tanguá	14437	12	0,1%
Japeri	38965	28	0,1%
Maricá	106439	9	0,0%
Itaboraí	111046	3	0,0%
Guapimirim	25660	0	0,0%
Nilópolis	59772	0	0,0%
Seropédica	39853	0	0,0%
Baixada Fluminense	1563392	4172	0,3%
Leste Metropolitano	932675	5672	0,6%
RMRJ	5552969	60602	1,1%

Fonte: Casa Fluminense, com base em SGB e IBGE.

Inundações: na RMRJ, pouco mais de 1,1 milhão de domicílios particulares estão em áreas de alto risco a inundações, o que representa cerca de 20% do total de domicílios da região

Municípios mais sujeitos a inundações: em relação ao total de domicílios particulares na RMRJ, os cinco municípios mais afetados são: Magé (66,65 dos domicílios particulares estão em áreas de alto risco a inundações), Guapimirim (48,4%), Paracambi (46,9%), Duque de Caxias (45,5%) e Mesquita (42,4%), como demonstra a tabela abaixo elaborada e disponibilizada pelo relatório:

Reportagem do G1 que trata da situação crítica em Magé:
<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/05/17/rj-tem-mais-de-1-milhao-de-casas-em-areas-de-risco-de-enchentes-e-deslizamentos-aponta-relatorio.ghml>

Tabela 02: domicílios particulares em áreas de alto risco a inundações em relação ao total de domicílios particulares na RMRJ

Municípios	Domicílios particulares	Domicílios particulares em áreas de risco alto a inundações	%
Magé	110159	73320	66,6%
Guapimirim	25660	12427	48,4%
Paracambi	19379	9086	46,9%
Duque de Caxias	355059	161380	45,5%
Mesquita	66685	28274	42,4%
Rio Bonito	25852	10659	41,2%
Cachoeiras de Macacu	30633	12229	39,9%
São João de Meriti	177043	60463	34,2%
Niterói	230500	68981	29,9%
Tanguá	14437	3983	27,6%
Belford Roxo	199584	49236	24,7%
Maricá	106439	26221	24,6%
São Gonçalo	413768	83848	20,3%
Itaboraí	111046	18484	16,6%
Rio de Janeiro	2918569	438558	15,0%
Itaguaí	57643	8092	14,0%
Nilópolis	59772	6870	11,5%
Petrópolis	138333	10075	7,3%
Nova Iguaçu	352237	20848	5,9%
Seropédica	39853	1565	3,9%
Japeri	38995	1034	2,7%
Queimados	61323	1508	2,5%
Baixada Fluminense	1563392	434103	27,8%
Leste Metropolitano	932675	224405	24,1%
RMRJ	5552969	1107141	19,9%

Fonte: Casa Fluminense, com base em SGB e IBGE.

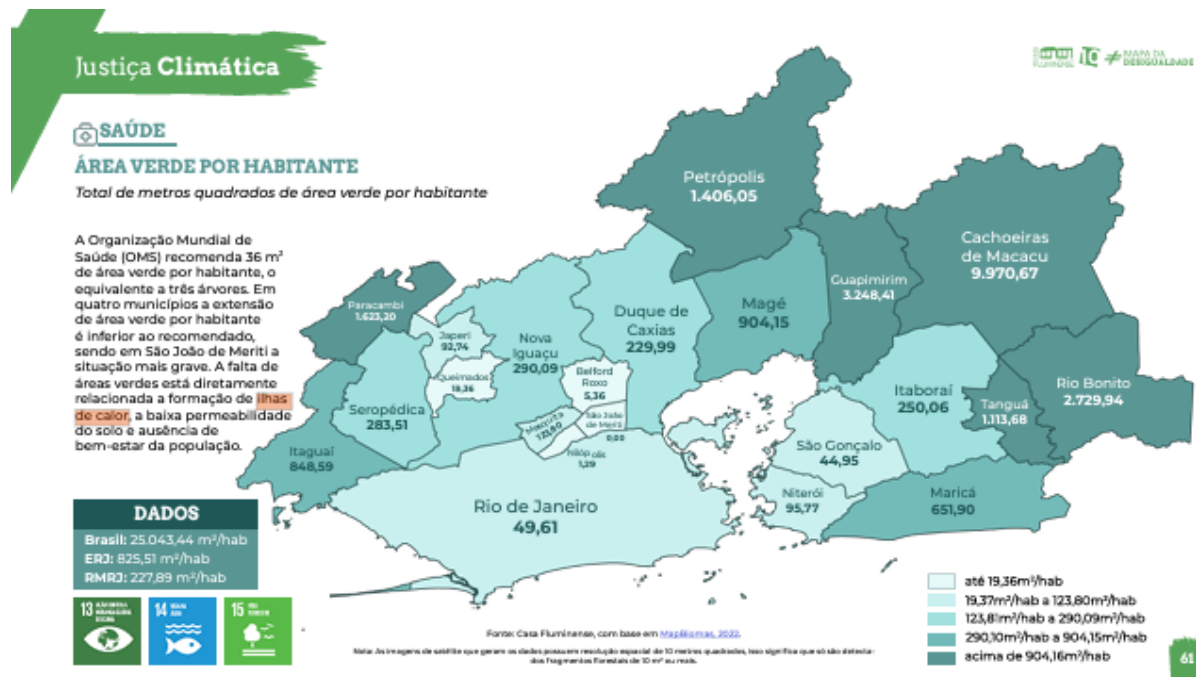
Apesar de apresentar um percentual relativamente baixo, é importante ressaltar que o município do Rio de Janeiro apresenta o maior total absoluto de domicílios particulares em alto risco a inundações: 438 mil domicílios.

Fonte: *Mapa da Desigualdade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro 2023*, elaborado e disponibilizado pela Casa Fluminense; o mapa leva em conta recortes de raça, gênero, socioeconômico e climático para denunciar os municípios da Baixada Fluminense que concentram as piores avaliações de condições de vida da população.

CASA FLUMINENSE. **Mapa da Desigualdade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro 2023.** Disponível em: <https://casafluminense.org.br/lancamento-mapa-da-desigualdade-2023/> Acesso em: 07 out. 2024.

Ilhas de calor: De acordo com dados do MapBiomias (2022) recolhidos pela Casa Fluminense no mapa, quatro municípios da Baixada apresentam uma extensão de área verde inferior ao recomendado pela OMS (36 m² por habitante), fato que está diretamente relacionado à formação de ilhas de calor, à baixa permeabilidade do solo e à ausência de bem-estar da população

Municípios mais atingidos: Queimados (19,36 m²), Belford Roxo (5,36 m²), Nilópolis (1,29 m²) e São João de Meriti (0,00 m²), como representado no mapa abaixo:



Reportagem do G1 que trata da situação crítica enfrentada pelos moradores de São João de Meriti: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/11/14/sem-areas-verdes-sao-joao-d-e-meriti-e-ilha-de-calor-arvore-aqui-e-complicado-diz-morador.ghml>

Fonte: Reportagem do *Jornal Nacional* sobre o aumento considerável de focos de incêndio no estado do Rio de Janeiro, disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/09/13/rio-de-janeiro-cria-gabinete-de-crise-para-enfrentar-incendios.ghml>

Queimadas: de acordo com a reportagem, apenas no dia 12 de setembro de 2024, foram registrados 460 novos pontos de **queimadas** em todo o estado, número recorde no ano de 2024. Ainda de acordo com a reportagem, em 2024, bombeiros registraram mais de 16 mil ocorrências de incêndios florestais em todo o estado, sendo pelo menos 95% das ocorrências registradas causadas pela ação humana

10) Trazer dados sobre a realidade no Rio de Janeiro: saneamento básico, obras de revitalização de espaços, acesso à água potável, etc. (Cléo)

A cidade do Rio de Janeiro, uma das principais metrópoles brasileiras e mundialmente conhecida por sua paisagem urbana e natural, enfrenta uma realidade paradoxal: enquanto é

palco de projetos urbanísticos modernos e atrativos turísticos, milhões de seus habitantes convivem com a falta de serviços básicos, como saneamento, abastecimento de água e infraestrutura urbana. Essa desigualdade estrutural, presente em diferentes áreas da cidade, é particularmente crítica em regiões periféricas e favelas, onde a falta de políticas públicas adequadas perpetua a exclusão social e o distanciamento entre as diferentes camadas sociais.

Um dos principais desafios enfrentados pela cidade é o saneamento básico. Segundo o **Instituto Trata Brasil (2023)**, o Rio de Janeiro ocupa a **48ª posição no ranking nacional de saneamento entre as 100 maiores cidades do Brasil**, com apenas **59% de esgoto tratado**. Esse dado é alarmante, principalmente ao considerar que se trata de uma cidade com grande projeção internacional e uma das mais ricas do país. A ausência de saneamento afeta diretamente a saúde pública, como destacado por **Marcelo Firpo Porto (2012)**, que demonstra a relação entre a falta de infraestrutura sanitária e o aumento de doenças infecciosas, como a dengue, leptospirose e gastroenterites. A precariedade no tratamento de esgoto, principalmente em áreas de alta densidade populacional e com infraestrutura insuficiente, agrava as condições de vida, especialmente nas favelas e periferias, onde **35% das residências não possuem ligação adequada à rede de esgoto**, segundo dados do **IBGE de 2022**.

Além da carência de saneamento, outro problema persistente é o acesso à água potável. Embora a cidade tenha uma cobertura de **87,5% no fornecimento de água**, de acordo com o **Instituto Trata Brasil (2023)**, essa média esconde desigualdades profundas. Em regiões como a zona oeste e áreas de comunidades carentes, o abastecimento é irregular e, em muitos casos, precário. Segundo o estudo de **Peres e Bursztyn (2016)**, **700 mil pessoas na cidade não têm acesso regular à água tratada**, o que representa cerca de 10% da população total do município. Essas áreas, muitas vezes localizadas em assentamentos informais, enfrentam dificuldades não apenas no acesso à água, mas também na regularização de suas moradias, o que as exclui de programas públicos de saneamento e infraestrutura.

A gestão da água no Rio de Janeiro sofreu críticas severas em 2020, quando uma crise hídrica eclodiu, com a contaminação da água fornecida pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), que abastece a cidade. O episódio expôs a fragilidade da governança ambiental e os riscos associados à má gestão dos recursos hídricos. As pesquisas de **Peres e Bursztyn (2016)** apontam para a necessidade de uma reformulação no modelo de governança hídrica da cidade, com a integração de políticas que priorizem a qualidade e a distribuição equitativa da

água. No entanto, sem uma estratégia coordenada entre os diferentes níveis de governo e empresas responsáveis, esses desafios persistem, afetando desproporcionalmente as comunidades mais vulneráveis.

Paralelamente à questão do saneamento e do acesso à água, o Rio de Janeiro vem realizando projetos de revitalização urbana de grande porte. Um dos exemplos mais emblemáticos é o **Projeto Porto Maravilha**, que teve início em 2009 e visava transformar a zona portuária da cidade, uma área historicamente degradada e negligenciada. Como bem destaca **Flávia Britto Machado (2015)**, embora a revitalização tenha trazido melhorias infraestruturais e econômicas para a região, ela também provocou processos de **gentrificação**, que acabaram expulsando os moradores de baixa renda. Machado afirma que **44% dos antigos moradores da região foram deslocados para bairros mais distantes**, perdendo acesso a serviços públicos, transporte e oportunidades de trabalho. O projeto, em vez de promover inclusão social, acabou agravando a desigualdade socioespacial, concentrando a valorização imobiliária e os novos empreendimentos em mãos privadas, enquanto as populações vulneráveis foram marginalizadas.

Esse tipo de revitalização urbana, que prioriza o desenvolvimento econômico em detrimento do social, reflete um modelo de urbanização excludente, que perpetua o ciclo de desigualdade no Rio de Janeiro. O estudo de **Edesio Fernandes (2014)** traz à tona outra questão crucial: a falta de regularização fundiária nas áreas periféricas. No Rio, **mais de 1,3 milhão de pessoas vivem em assentamentos irregulares**, o que dificulta a aplicação de políticas públicas, como o saneamento e o fornecimento de água. A regularização dessas áreas é fundamental para garantir que os moradores tenham acesso a serviços essenciais e direitos de propriedade, permitindo que essas regiões sejam integradas de forma justa ao planejamento urbano da cidade.

A análise dessas fontes evidencia que a desigualdade no Rio de Janeiro não é apenas um reflexo de sua geografia ou história, mas também das políticas públicas adotadas ao longo das últimas décadas.

Referências bibliográficas:

PORTO, Marcelo Firpo. Saneamento e saúde: uma abordagem ecossistêmica para o Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 6, p. 1509-1518, 2012.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Ranking do saneamento básico 2023: desafios para a universalização. São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.tratabrasil.org.br>. Acesso em: 10 out. 2024.

MACHADO, Flávia Britto. A revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro: impactos sociais e urbanos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 17, n. 2, p. 13-31, 2015.

PERES, Claudia Andreoli; BURSZTYN, Marcel. Governança ambiental urbana e a questão da água no Rio de Janeiro. *Ambiente & Sociedade*, v. 19, n. 3, p. 23-41, 2016.

FERNANDES, Edesio. Direito à cidade, regularização fundiária e urbanismo no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 109, p. 45-70, 2014.

Parcela da população sem acesso à água (% da população); Parcela da população sem coleta de esgoto (% da população); Esgoto não tratado (mil m3); Índice de esgoto tratado referido à água consumida (%); Internações totais por doenças de veiculação hídrica (Número de internações); **Óbitos por doenças de veiculação hídrica (Número de óbitos); Renda das pessoas com saneamento (R\$ por mês); Renda das pessoas sem saneamento (R\$ por mês).** Interessante por oferecer dados quantitativos mais nichados, podendo servir para uma análise qualitativa e interdependente.

Indicadores por ano - 2022								
Localidade	Parcela da população sem acesso à água (% da população)	Parcela da população sem coleta de esgoto (% da população)	Esgoto não tratado (mil m3)	Índice de esgoto tratado referido à água consumida (%)	Internações totais por doenças de veiculação hídrica (Número de internações)	Óbitos por doenças de veiculação hídrica (Número de óbitos)	Renda das pessoas com saneamento (R\$ por mês)	Renda das pessoas sem saneamento (R\$ por mês)
Brasil	15,8%	44,5%	6.673.750,20	52,2%	191.418	2.306	3.359,12	2.103,59
Região Norte	37,6%	85,7%	541.813,65	19,8%	32.485	228	2.779,63	2.040,15
Região Nordeste	24,4%	69,1%	1.422.158,79	34,3%	75.359	802	2.533,28	1.531,33
Região Sudeste	9,3%	19,2%	3.478.231,67	61,6%	36.330	714	3.460,50	2.222,54
Região Sul	8,5%	50,4%	861.855,38	48,0%	23.937	350	3.429,04	2.862,53
Região Centro-Oeste	11,0%	38,2%	369.690,71	59,3%	23.307	212	4.041,33	2.633,00
UF Rondônia	44,1%	91,1%	41.549,44	9,8%	4.716	24	-	-
UF Acre	52,0%	89,5%	21.926,17	0,7%	1.039	4	2.923,87	2.182,24
UF Amazonas	20,4%	85,8%	154.776,93	20,2%	5.670	55	2.300,78	2.113,37

Fonte: PAINEL SANEAMENTO BRASIL. Dados de saneamento 2022. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/explore/ano?SE%5Ba%5D=2022&SE%5Bo%5D=a>.

Acesso em: 10 out. 2024.

11) Trazer dados sobre o terrorismo climático vivenciado por essas comunidades vulneráveis em tempos de efeitos climáticos extremos (Cléo)

O conceito de "terrorismo climático" vai além da simples ocorrência de desastres naturais. Ele reflete as injustiças históricas, sociais e ambientais que moldam a forma como esses eventos afetam desproporcionalmente as comunidades vulneráveis. A crise climática é, em grande parte, resultado de um sistema econômico global que prioriza a exploração e o lucro, como bem aponta Naomi Klein em *This Changes Everything*. As emissões de dióxido de carbono (CO₂), por exemplo, aumentaram em 60% desde 1990, impulsionadas principalmente pela indústria de combustíveis fósseis. No entanto, as populações que mais sofrem com o impacto dessas emissões – secas, enchentes e tempestades – são justamente aquelas com menos responsabilidade na criação do problema, como as comunidades do Sul Global. Essas pessoas enfrentam os impactos mais severos da crise, uma realidade que expõe as desigualdades globais de forma alarmante.

Esse panorama de injustiça é aprofundado pelo conceito de "violência lenta", proposto por Rob Nixon. A degradação ambiental, que muitas vezes passa despercebida, atinge especialmente os mais pobres, por meio da poluição, falta de saneamento básico e envenenamento de fontes de água. Embora essas formas de destruição não recebam a mesma atenção que desastres imediatos, como furacões ou terremotos, seus efeitos são igualmente devastadores. O Banco Mundial aponta que mais de 2,1 bilhões de pessoas ainda carecem de acesso à água potável, uma situação que intensifica essa "violência silenciosa" e torna essas populações mais vulneráveis a eventos climáticos extremos. A degradação ambiental e a falta de infraestrutura exacerbam o impacto dos desastres, gerando uma crise que, na prática, age como uma forma de "terrorismo" contra aqueles que já estão em situação de fragilidade.

A migração forçada, resultante de desastres climáticos, é uma das consequências mais visíveis desse terrorismo climático. Conforme analisado por Karen Elizabeth McNamara e Anna Gero, eventos extremos como ciclones e inundações não apenas destroem o ambiente físico, mas também desestabilizam economias locais, forçando milhões a deixar suas casas. A Organização Internacional para as Migrações (IOM) estima que mais de 20 milhões de pessoas são deslocadas a cada ano devido a desastres climáticos. Esse deslocamento cria um ciclo de vulnerabilidade e desigualdade, já que as populações forçadas a migrar não possuem as garantias de direitos fundamentais nos locais para onde vão, tornando ainda mais difícil romper com essa dinâmica de opressão.

A omissão de respostas eficazes à crise climática, conforme argumenta Amitav Ghosh em *The Great Derangement*, é um reflexo da incapacidade das sociedades modernas de lidar com a gravidade da situação. A crise é frequentemente tratada como algo distante e incompreensível, exceto para aqueles que já vivenciam seus efeitos diretos. Essa "negligência estrutural" se torna uma forma de violência, onde as vozes das comunidades mais impactadas – geralmente países em desenvolvimento e povos indígenas – são silenciadas nos fóruns globais de debate. A falta de uma resposta coordenada e eficiente reflete a convivência com a contínua destruição das vidas dessas pessoas.

Por outro lado, a ausência de reconhecimento legal para refugiados climáticos agrava ainda mais essa situação. Segundo a ONU, cerca de 18 milhões de pessoas foram deslocadas em 2018 por desastres relacionados ao clima, e esses números crescem a cada ano. Carol Farbotko, em *Climate Change and Forced Migration: Critical Perspectives*, explora os dilemas enfrentados pelos governos ao lidar com essa questão. A falta de políticas adequadas para acolher essas populações aumenta a insegurança e os expõe a novos riscos climáticos, criando um ciclo de injustiça contínuo.

Referências Bibliográficas

KLEIN, Naomi. This changes everything: capitalism vs. the climate. New York: Simon & Schuster, 2014.

NIXON, Rob. Slow violence and the environmentalism of the poor. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

MCNAMARA, Karen Elizabeth; GERO, Anna. A new perspective on the role of environmental shocks in forced migration. *Journal of Environmental Management*, v. 246, p. 1-10, 2021.

GHOSH, Amitav. The great derangement: climate change and the unthinkable. Chicago: University of Chicago Press, 2016.

FARBOTKO, Carol. Climate change and forced migration: critical perspectives. *Geography Compass*, v. 12, n. 7, p. 1-15, 2018.